



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

EDUARDO TAVARES MENDES

DILMAR LOPES CAMERINO

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCENCIO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 13 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 5077/2013.

Interessado: Dra. Maria José Alves da Silva, Promotora de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Remeta-se ao órgão de execução interessado cópia do expediente do Diretor-Geral do Tribunal de Justiça de Alagoas para se manifestar.

Proc: 5865/2013.

Interessado: Sindicato do Fisco de Alagoas - SINDFISCO.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito desta PGJ, e em especial a edição dos Ofícios n°s 990/2013 - GAB/PGJ, 991/2013 - GAB/PGJ e 992/2013 - GAB/PGJ, archive-se.

Proc: 5194/2014.

Interessado: Mário César de Albuquerque Pessoa, Técnico do Ministério Público.

Assunto: Requerimento abertura de licitação.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitação modalidade pregão eletrônico. Fase Externa. Pregão Eletrônico n° 5/2015, tipo menor preço, para registro de preço e futura e eventual aquisição de materiais de limpeza, copa e cozinha. Cumpridas às formalidades legais da realização do certame por parte do pregoeiro e equipe de apoio. Fracasso do lote 05, por desclassificação das empresas participantes, que ofereceram produtos com especificação diversa do edital. Desclassificação da empresa David Guimarães Martin-Eirelli-EPP por não enviar a documentação no prazo exigido, consoante os itens 6.7, 7.1.16 e 13.4 do edital. Inexistência de interposição de recurso. Pela homologação dos lotes 01, 02, 03, 04, 06, 07 e 08, em favor da empresa VTA Machado de Arruda Eirelli-EPP".

Proc: 5400/2014.

Interessado: Cláudio Pantaleão.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 63ª Promotoria de Justiça da Capital.

Proc: 306/2015.

Interessado: Dr. Humberto Pimentel Costa, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 442/2015.

Interessado: Dra. Norma Sueli Tenório de Melo Medeiros, Promotora de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 446/2015.

Interessado: Dr. Wesley Fernandes Oliveira, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 487/2015.

Interessado: Dr. Humberto Henrique Bulhões Barros Paula Nunes, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Em face do cancelamento do pedido, à fl. 5, arquivou-se.

Proc: 488/2015.

Interessado: Dr. Vicente Felix Correia, Procurador de Justiça/Corregedor-Geral do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Em face da identidade do objeto com o Proc. 526/2015, arquivou-se.

Proc: 526/2015.

Interessado: Dr. Vicente Félix Correia, Corregedor-Geral do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquivou-se.

Proc: 690/2015.

Interessado: Dr. Sérgio Eduardo Simões, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 970/2015.

Interessado: Dr. Sérgio Eduardo Simões, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 1177/2015.

Interessado: Dr. Márcio Roberto Tenório de Albuquerque, Procurador de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquivou-se.

Proc: 1215/2015.

Interessado: Dr. Luiz Tenório Oliveira de Almeida, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: À DP para informar.

Proc: 1271/2015.

Interessado: Maria Graciete Trindade dos Santos.

Assunto: Denúncia de irregularidades.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1402/2015.

Interessado: Fabiana Ide Rodrigues de Carvalho, Técnica do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor que alcançar a estabilidade. Exegese do art. 7º, parágrafo único da Lei Estadual nº 6774/2006. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses de exercício na referência inicial da classe do cargo de lotação. Pelo deferimento da progressão - Símbolo PGJ-B - da classe C - referência I para a II, com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3º da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação

e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis". Defiro o pedido, observando-se, quanto aos efeitos financeiros, a norma imperativa prevista no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006.

Proc: 1512/2015.

Interessado: Gerson Pacheco da Silva Neto, funcionário desta PGJ.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Constitucional. Servidor Público. Exoneração de cargo em comissão. Férias proporcionais acrescidas de 1/3. Pedido de conversão em pecúnia. Os direitos sociais ao recebimento de férias, integrais e proporcionais, e 13º salário, são estendidos aos servidores comissionados, consoante art. 7º, incisos VIII e XVII, e § 3º do art. 39 da Constituição Federal. Pelo deferimento".

Proc: 1554/2015.

Interessado: Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas - AMPAL.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Oficie-se à presidência da Associação do Ministério Público do Estado de Alagoas - AMPAL, remetendo-se cópia do Ofício nº 226/2015 - GAB.PGJ.MPEAL.

Proc: 1611/2015.

Interessado: Movimento do Ministério Público Democrático.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Coordenação das Promotorias de Justiça da Fazenda Pública Estadual. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1620/2015.

Interessado: Gabinete do Desembargador Domingos de Araújo Lima Neto.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à 55ª Promotoria de Justiça da Capital. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1654/2015.

Interessado: Associação dos Servidores do Ministério Público de Alagoas - ASSEMPEAL.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1661/2015.

Interessado: Comissão de Estágio Probatório desta PGJ.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Avaliação de Estágio Probatório. Parecer conclusivo da Comissão de Estágio Probatório considerando o servidor apto. Aplicação do art. 14 e art. 15 do Ato Normativo PGJ nº 01/2007. Pelo deferimento de edição de ato de homologação por parte do Procurador-Geral de Justiça".

Proc: 1686/2015.

Interessado: OAB Alagoas.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando a remessa dos autos à Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia. Cientifique-se o interessado.

Proc: 1710/2015.

Interessado: Rafael Cavalcanti Barreto, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor que alcançar a estabilidade. Exegese do art. 7º, parágrafo

único da Lei Estadual nº 6774/2006. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses de exercício na referência inicial da classe do cargo de lotação. Pedido de movimentação excepcional. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação. Aplicação dos arts. 11 e 13, item II, todos da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006. Pelo deferimento da progressão - Símbolo PGJ-E - da classe C - referência I para a II, por aquisição da estabilidade e, da progressão - Símbolo PGJ-E - da Classe C - referência II para III, por movimentação excepcional; com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3º da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis”. Defiro o pedido, observando-se, quanto aos efeitos financeiros, a norma imperativa prevista no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006.

Proc: 1718/2015 (1719/2015 em apenso)

Interessado: Joabe Lins da Silva, Técnico do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de progressão.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor que alcançar a estabilidade. Exegese do art. 7º, parágrafo único da Lei Estadual nº 6774/2006. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses de exercício na referência inicial da classe do cargo de lotação. Pedido de movimentação excepcional. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação. Aplicação dos arts. 11 e 13, item II, todos da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006. Pelo deferimento da progressão - Símbolo PGJ-B - da classe C - referência I para a II, por aquisição da estabilidade e, da progressão - Símbolo PGJ-B - da Classe C - referência II para III, por movimentação excepcional; com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3º da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis”. Defiro o pedido, observando-se, quanto aos efeitos financeiros, a norma imperativa prevista no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006.

Proc: 1719/2015.

Interessado: Joabe Lins da Silva, Técnico do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de progressão.
Despacho: Apense-se ao Proc. 1718/2015.

Proc: 1720/2015.

Interessado: Prefeitura Municipal de Penedo.
Assunto: Encaminhamento de informações.
Despacho: Junte-se ao Proc. 266/2015.

Proc: 1724/2015.

Interessado: Jackson Costa dos Santos, Encarregado pelo setor de Transportes.

Assunto: Requerimento de autorização.

Despacho: Acolho o parecer da Consultora Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo - Licitações e Contratos. Serviço de revisão de veículo pertencente a frota do Ministério Público. Período de garantia. Justificada a escolha da concessionária ora habilitada. Aplicação do art. 24, inciso XVII da Lei 8.666/93 e suas alterações. Apresentação das certidões de regularidade jurídica e fiscal da fornecedora dos serviços e informação prévia da existência de disponibilidade financeira e orçamentária. Pelo deferimento da dispensa de licitação para contratação da empresa BOATERRA VEÍCULOS E PEÇAS LTDA., no valor de R\$ 547,12 (quinhentos e quarenta e sete reais e doze centavos)”.

Proc: 1740/2015.

Interessado: Manoela Isaura Luna Vianna de Omena, Analista do Ministério Público.
Assunto: Requerimento de exoneração e outras providências.
Despacho: Defiro. Lavre-se o ato respectivo. Após, à DP para as medidas cabíveis.

Proc: 1741/2015.

Interessado: Álvaro Bonato Sehnem, Analista do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor que alcançar a estabilidade. Exegese do art. 7º, parágrafo único da Lei Estadual nº 6774/2006. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses de exercício na referência inicial da classe do cargo de lotação. Pelo deferimento da progressão - Símbolo PGJ-C - da classe C - referência I para a II, com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3º da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis”. Defiro o pedido, observando-se, quanto aos efeitos financeiros, a norma imperativa prevista no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006.

Proc: 1749/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 5ª Vara Criminal da Capital

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Considerando o teor do Ofício nº 293/2015 - GAB/PGJ, expedido no Processo Administrativo nº 1.529/2015 (doc. 01), determino o arquivamento destes autos.

Proc: 1757/2015.

Interessado: Bruno Daniel de Lima, Contador do Ministério Público.

Assunto: Requerimento de progressão.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: “Administrativo. Servidor Público. Mobilidade Funcional. Pedido de Progressão. Direito concedido para servidor que alcançar a estabilidade. Exegese do art. 7º, parágrafo único da Lei Estadual nº 6774/2006. Presentes os requisitos necessários para sua implementação: 36 (trinta e seis) meses de exercício na referência inicial da classe do cargo de lotação. Pedido de movimentação excepcional. Direito concedido para servidor estável. Presentes os requisitos necessários para sua implementação. Aplicação dos arts. 11 e 13, item II, todos da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006. Pelo deferimento da progressão - Símbolo PGJ-E - da classe C - referência I para a II, por aquisição da estabilidade e, da progressão - Símbolo PGJ-E - da Classe C - referência II para III, por movimentação excepcional; com efeitos jurídicos, ressalvada a hipótese do art. 3º da Lei nº 6.774 de 23 de novembro de 2006, à data da implementação dos requisitos inerentes ao direito de mobilidade funcional; sugerindo a evolução dos autos às Diretorias de Pessoal, de Programação e Orçamento e de Contabilidade e Finanças desta PGJ, para as providências cabíveis”. Defiro o pedido, observando-se, quanto aos efeitos financeiros, a norma imperativa prevista no art. 3º da Lei nº 6.774, de 23 de novembro de 2006.

Proc: 1758/2015.

Interessado: Sindicato dos Servidores Públicos de Penedo.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Proc: 1767/2015.

Interessado: Dr. Geraldo Magela Barbosa Pirauá, Procurador de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Junte-se a Resolução CPJ nº 1, de 15 de abril de 2015.

Proc: 1778/2015.

Interessado: Dr. Sérgio Eduardo Simões, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: À DP para informar.

Proc: 1802/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 10ª Vara Criminal da Capital
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Considerando a vigência da Portaria PGJ nº 1.065/2014, expeça-se ofício ao Juízo de Direito interessado.
Após, archive-se.

Proc: 1806/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 17ª Vara Criminal da Capital
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: Considerando o teor dos ofícios oriundos da 17ª Vara Criminal da Capital expeça-se comunicação àquela Unidade Jurisdicional. Após, archive-se.

Proc: 1829/2015.

Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.
Assunto: Encaminhamento de cópia de peças do Proc. nº 02003.000229/2013-72-IBAMA/SUPES/AL.
Despacho: À Promotoria de Justiça de São Sebastião.

Proc: 1830/2015.

Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.
Assunto: Encaminhamento de cópia de peças do Proc. nº 02003.000882/2014-12-IBAMA/SUPES/AL.
Despacho: À 3ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

Proc: 1831/2015.

Interessado: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA.
Assunto: Encaminhamento de cópia de peças do Proc. nº 02003.000885/2014-56-IBAMA/SUPES/AL.
Despacho: À 5ª Promotoria de Justiça de São Miguel dos Campos.

ICP nº 23/2013 - PROESDEC.

Interessado: Associação dos Moradores e Amigos da Grota do Andraújo em Garça Torta - ASMAGAGT.
Assunto: Pedido de providências.
Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Protocolo nº: 354/2015.

Interessado: Carlos Palmeira L. Vilanova e outros.
Assunto: Encaminhamento de documentos.
Despacho: Junte-se ao Proc. 1729/2015.

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, DR. WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA, DESPACHOU, NO DIA 12 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc: 1730/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de Paripueira.
Assunto: Requerimento de publicação no Diário Oficial.
Despacho: Defiro. À Assessoria do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para as providências cabíveis.

Proc: 1583/2015.

Interessado: Dr. José Antônio Malta Marques, Promotor de Justiça.
Assunto: Requerimento de diárias.
Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 13 de maio de 2015.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 157882

ATO DE EXONERAÇÃO Nº 10/2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais, especialmente as que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 9º da Lei Complementar Estadual nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atenção ao contido no Proc. PGJ nº 1740/2015, resolve exonerar, a pedido, MANOELA ISaura LUNA VIANNA DE OMENA, do cargo de Analista do Ministério Público - Área Jurídica, código AE-109-PGJ, do Quadro de Serviços Auxiliares de Apoio Técnico e Administrativo do Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça, em Maceió, 13 de maio de 2015.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 157743

PORTARIA PGJ nº 351, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor da Dra. FRANCISCA PAULA DE JESUS LÔBO NOBRE SANTANA, Promotora de Justiça de Maragogi, de 2ª entrância, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Novo Lino, nos dias 4, 9, 11, 19 e 25 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Novo Lino, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 919, de 22 de agosto de 2011, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 352, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido nos Processos PGJ nºs 850/2015, 1002/2015 e 1333/2015, RESOLVE conceder em favor do Dr. HUMBERTO PIMENTEL COSTA, 12º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 802.943.244-53, matrícula nº 76582, 6 (seis) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.495,86 (mil quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Boca da Mata, nos dias 24 de fevereiro, 10, 17 e 31 de março e 7 de abril do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Boca da Mata, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 77, de 22 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 353, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. TÁCITO YURI DE MELO BARROS, 1º Promotor de Justiça de União dos Palmares, de 2ª entrância, portador do CPF nº 259.184.354-68, matrícula nº 69202, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 897,52 (oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Pão de Açúcar, nos dias 13, 23 e 29 de janeiro e 5 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 39, de 5 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 354, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. SÓSTENES DE ARAÚJO GAIA, 1º Promotor de Justiça de Atalaia, de 2ª entrância, portador do CPF nº 042.071.224-00, matrícula nº 14249, 3 (três) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 673,14 (seiscentos e setenta e três reais e quatorze centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Santa Luzia do Norte, nos dias 6, 9 e 23 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Satuba, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 26, de 7 de janeiro de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 355, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. HERMANN BRITO DE ARAÚJO LIMA JÚNIOR, 5º Promotor de Justiça de São Miguel dos Campos, de 2ª entrância, portador do CPF nº 460.023.404-91, matrícula nº 69141, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 897,52 (oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Teotônio Vilela, nos dias 3, 10, 24 e 27 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 192, de 23 de fevereiro de 2012, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 356, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido nos Procs. PGJ nºs 963/2015 e 1367/2015, RESOLVE conceder em favor da Dra. ILDA REGINA REIS SANTOS, Promotora de Justiça de Messias, de 1ª entrância, portadora do CPF nº 564.379.514-00, matrícula nº 69206, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 201,94 (duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), perfazendo um total de R\$ 807,76 (oitocentos e sete reais e setenta e seis centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Major Isidoro, nos dias 3, 17 e 31 de março e 7 de abril do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Major Isidoro, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 84, de 30 de janeiro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 357, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido nos Procs. PGJ nºs 977/2015 e 1164/2015, RESOLVE conceder em favor do Dr. ALBERTO TENÓRIO VIEIRA, 1º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 945.262.658-53, matrícula nº 69080, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Santana do Ipanema, nos dias 11 e 25 de fevereiro e 11 e 25 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na 2ª Promotoria de Justiça de Santana do Ipanema, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1.115, de 30 de outubro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 358, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. SITAEL JONES LEMOS, 4º Promotor de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, portador do CPF nº 355.849.985-91, matrícula nº 69169, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Junqueiro, nos dias 7, 14, 21 e 28 de janeiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Junqueiro, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1087, de 02 de dezembro de 2010,

correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 359, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO PEREIRA PINHEIRO, 65º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 058.627.955-53, matrícula nº 27649, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de São Sebastião, nos dias 5, 10, 18, 19 e 24 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de São Sebastião, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 311, de 09 de abril de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 360, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES, 2º Promotor de Justiça de Delmiro Gouveia, de 2ª entrância, portador do CPF nº 633.993.005-06, matrícula nº 69204, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Mata Grande, nos dias 5, 12, 16, 19 e 26 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Mata Grande, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 291, de 30 de março de 2009, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 361, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. PAULO ROBERTO DE MELO ALVES FILHO, Promotor de Justiça de Igreja Nova, de 1ª entrância, portador do CPF nº 018.458.125-73, matrícula nº 8260575, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 201,94 (duzentos e um reais e noventa e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Porto Real do Colégio, no dia 26 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar

suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 135, de 25 de fevereiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 362, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. SÓSTENES DE ARAÚJO GAIA, 1º Promotor de Justiça de Atalaia, de 2ª entrância, portador do CPF nº 042.071.224-00, matrícula nº 14249, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Santa Luzia do Norte, nos dias 5, 9, 16, 25 e 31 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Satuba, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 26, de 7 de janeiro de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 363, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor da Dra. FRANCISCA PAULA DE JESUS LÔBO NOBRE SANTANA, Promotora de Justiça de Maragogi, de 2ª entrância, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Novo Lino, nos dias 4, 11, 18, 25 e 30 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Novo Lino, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 919, de 22 de agosto de 2011, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 364, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. HERMANN BRITO DE ARAÚJO LIMA JÚNIOR, 5º Promotor de Justiça de São Miguel dos Campos, de 2ª entrância, portador do CPF nº 460.023.404-91, matrícula nº 69141, 5 (cinco)

meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Matriz do Camaragibe, nos dias 2, 9, 16, 23 e 30 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Matriz do Camaragibe, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 80, de 22 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ n° 365, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. DELFINO COSTA NETO, 41º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF n° 145.127.934-53, matrícula n° 70552, 2 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 498,62 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Colônia Leopoldina, nos dias 3 e 10 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Colônia Leopoldina, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 1041, de 20 de setembro de 2011, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ n° 366, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor da Dra. ADRIANA ACCIOLY DE LIMA VILELA, 31ª Promotora de Justiça da Capital, portadora do CPF n° 956.640.334-87, matrícula n° 69086, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Piranhas, nos dias 5, 12, 19, 25 e 26 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Piranhas, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 887, de 1º de agosto de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ n° 367, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas

pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF n° 630.155.104-44, matrícula n° 69079, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Feira Grande, nos dias 2, 9, 23 e 27 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Feira Grande, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 517, de 02 de junho de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ n° 368, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. SAULO VENTURA DE HOLANDA, 9º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF n° 630.155.104-44, matrícula n° 69079, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Maravilha, nos dias 5, 12, 19 e 26 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Maravilha, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 108, de 3 de fevereiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ n° 369, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar n° 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES, 49º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF n° 123.779.104-91, matrícula n° 55850-8, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Cacimbinhas, nos dias 5, 12, 19, 26 e 27 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Cacimbinhas, em razão da designação contida na Portaria PGJ n° 79, de 22 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 370, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO PEREIRA PINHEIRO, 65º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 058.627.955-53, matrícula nº 27649, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.246,55 (mil duzentos e quarenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), em face do seu deslocamento à cidade de São Sebastião, nos dias 7, 9, 14, 23 e 28 de abril do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de São Sebastião, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 311, de 09 de abril de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 371, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. JOSÉ ANTÔNIO MALTA MARQUES, 49º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 123.779.104-91, matrícula nº 55850-8, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Cacimbinhas, nos dias 30 de janeiro e 12, 19 e 26 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções na Promotoria de Justiça de Cacimbinhas, em razão da designação c institucionais ontida na Portaria PGJ nº 79, de 22 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional

PORTARIA PGJ nº 372, DE 12 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. ELÁDIO PACHECO ESTRELA, 3º Promotor de Justiça de Penedo, de 3ª entrância, portador do CPF nº 083.624.405-20, matrícula nº 69124, 6 (seis) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 1.495,86 (mil quatrocentos e noventa e cinco reais e oitenta e seis centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Água Branca, nos dias 5, 6, 12, 13, 19 e 20 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Água Branca, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 515, de 03 de maio de 2012 correndo a despesa por conta da dotação orçamentária

inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional
Protocolo 157591

DIRETORIA GERAL

PORTARIA DG Nº 9/2015

O Diretor-Geral da Procuradoria Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, resolve designar como gestores dos contratos discriminados, os servidores abaixo:

JOSÉ FERNANDES DE OLIVEIRA SILVA, matrícula nº 825921-6, como gestor do contrato nº 06/2015, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa PRINTPAGE PRODUTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EPP EIRELLI, em substituição ao servidor JOSÉ MARIA MATIAS FERREIRA, matrícula nº 12864-3, nomeado através da Portaria DG nº 2/2015;

ÁLVARO BONATO SEHNEM, matrícula nº 825711-6, como gestor do contrato nº 37/2012, firmado entre o Ministério Público do Estado de Alagoas e a empresa Ativa Serviços Gerais LTDA.

Maceió, 13 de maio de 2015.

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL
Diretor-Geral
Procuradoria Geral de Justiça

Protocolo 157601

PORTARIA PGJ nº 316, DE 6 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. CARLOS EDUARDO BALTAR MAIA, Promotor de Justiça de Murici, de 2ª entrância, portador do CPF nº 240.317.714-87, matrícula nº 55093, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de União dos Palmares, nos dias 7, 9, 14, 21 e 28 de janeiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na 2ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 231, de 5 de março de 2012, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

*Republicado.

PORTARIA PGJ nº 317, DE 6 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. CLÁUDIO JOSÉ MOREIRA TELES, 2º Promotor de Justiça de Delmiro Gouveia, de 2ª entrância, portador do CPF nº 633.993.005-06, matrícula nº 69204, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Mata Grande, nos dias 8, 15, 22, 23 e 29 de janeiro do corrente ano, para desempenhar suas funções

institucionais na Promotoria de Justiça de Mata Grande, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 291, de 30 de março de 2009, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

*Republicado.

PORTARIA PGJ nº 373, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE, 7º Procurador de Justiça Cível, de 2ª instância, portador do CPF nº 208.575.514-34, matrícula nº 55854, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 761,78 (setecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.523,56 (mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Porto Alegre - RS, nos dias 29 e 30 de abril do corrente ano, para participar da 96ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público - CGCGMP, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correições Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 374, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, tendo em vista o parecer favorável da Comissão de Estágio Probatório, conforme os arts. 14 e 15 do Ato Normativo PGJ nº 1/2007, de 4 de janeiro de 2007, e em razão da decisão exarada nos autos do Processo PGJ nº 1661/2015, RESOLVE homologar as três avaliações do período de estágio probatório, com pontuação final compatível com as exigências legais, e tornar estável o servidor SANDRO BARRETO NUNES MENEZES, matrícula 825736-1, em face do cumprimento de 03 (três) anos de efetivo exercício no cargo de Técnico do Ministério Público, no período de 14/5/2012 a 13/5/2015, conforme o previsto no art. 41 da Constituição Federal. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 375, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor da Dra. NORMA SUELI TENÓRIO DE MELO MEDEIROS, 22ª Promotora de Justiça da Capital, portadora do CPF nº 276.657.554-53, matrícula nº 30884, 2 (duas) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 498,62 (quatrocentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Piaçabuçu, nos dias 15 e 28 de janeiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Piaçabuçu, em razão da designação

contida na Portaria PGJ nº 36, de 5 de janeiro de 2015, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 376, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. VICENTE FÉLIX CORREIA, Corregedor-Geral do Ministério Público, portador do CPF nº 140.486.984-00, matrícula nº 27650, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 761,78 (setecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.523,56 (mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Belo Horizonte - MG, no período de 25 a 27 de fevereiro do corrente ano, para participar da 95ª Reunião Ordinária do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público - CGCGMP, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correições Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 377, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ nº 1741/2015, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo ÁLVARO BONATO SEHNEM, Analista do Ministério Público - Área Gestão Pública, Símbolo PGJ-C, da Classe C, referência I, para a referência II da mesma Classe. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 378, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ nº 1757/2015, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo BRUNO DANIEL DE LIMA, Contador, Símbolo PGJ-E, da Classe C, referência I para a referência II da mesma Classe, por aquisição de estabilidade e da Classe C, referência II, para a referência III da mesma Classe, por movimentação excepcional. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 379, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em razão da decisão exarada nos autos do

processo PGJ nº 1402/2015, RESOLVE deferir a progressão da servidora efetiva FABIANA IDE RODRIGUES DE CARVALHO, Símbolo PGJ-B, da Classe C, referência I, para a referência II da mesma Classe.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 380, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ nº 1718/2015, RESOLVE deferir a progressão do servidor efetivo JOABE LINS DA SILVA, Técnico do Ministério Público, Símbolo PGJ-B, da Classe C, referência I para a referência II da mesma Classe, por aquisição de estabilidade e da Classe C, referência II, para a referência III da mesma Classe, por movimentação excepcional.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 381, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar LUCIANO OLIVEIRA DO VALE, portador do CPF nº 636.221.574-53, servidor cedido a este Órgão pela Superintendência Municipal de Controle do Convívio Urbano - SMCCU, para exercer a Função Gratificada de Encarregado de Manutenção e Serviços Gerais, símbolo FG-2, até ulterior deliberação.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 382, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. HUMBERTO PIMENTEL COSTA, 12º Promotor de Justiça da Capital, portador do CPF nº 802.943.244-53, matrícula nº 76582, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Traipu, no dia 22 de janeiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Traipu, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1.198, de 30 de setembro de 2013, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 383, DE 13 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em razão da decisão exarada nos autos do processo PGJ nº 1710/2015, RESOLVE deferir a progressão do

servidor efetivo RAFAEL CAVALCANTI BARRETO, Analista do Ministério Público - Área de Comunicação Social, Símbolo PGJ-E, da Classe C, referência I para a referência II da mesma Classe, por aquisição de estabilidade e da Classe C, referência II, para a referência III da mesma Classe, por movimentação excepcional.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 157871

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

HOMOLOGAÇÃO

O Procurador-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o despacho de encaminhamento da Seção de Licitações e o parecer da Consultoria Jurídica desta Procuradoria Geral de Justiça do PROCESSO PGJ Nº 5194/2014, resolve HOMOLOGAR o procedimento licitatório do Pregão Eletrônico nº 05/2015, que tem por objeto o registro de preços à futura e eventual aquisição de diversos materiais de limpeza, copa e cozinha, destinados ao Ministério Público do Estado de Alagoas, no exercício financeiro de 2015, o lote 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, à licitante vencedora V. T. A. MACHADO DE ARRUDA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 16.667.433/0001-35, estabelecida na Rod. AL 115, nº 2500, Graciliano Ramos, PALMEIRA DOS ÍNDIOS/AL, por ter ofertado os valores finais respectivamente de R\$ 18.999,96 (dezoito mil novecentos e noventa e nove reais e noventa e seis centavos) para o lote 1, R\$ 8.514,00 (oito mil, quinhentos e quatorze) para o lote 2, R\$ 20.422,00 (vinte mil, quatrocentos e vinte e dois reais) para o lote 3, R\$ 32.162,00 (trinta e dois mil, cento e sessenta e dois reais) para o lote 4, R\$ 11.284,99 (onze mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa e nove centavos) para o lote 6, R\$ 32.867,90 (trinta e dois mil, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e nove centavos) para o lote 7, R\$ 3.349,80 (três mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta centavos) para o lote 8; o lote 05 foi considerado fracassado, tudo de acordo com o que preceitua o Ato Normativo nº 06/2005, a Lei nº 10.520/2002, pelo Decreto Federal nº 3.555/2000 e subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/1993 e suas alterações.

Maceió, 11 de maio de 2015.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 157748

>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<

AO(S) '13' DIA(S) DO MÊS DE MAIO O FUNCIONÁRIO
COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ
AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 1845/2015

Interessado:
OAB ALAGOAS

Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
DILIGENCIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1650/2015
Interessado:

COMISSAO DE AVALIACAO PERIODICA DE DESEMPENHO DOS
SERVIDORES

Natureza:
REMETENDO INFORMACOES

Assunto:
ENCAMINHANDO AVALIAÇÕES DE DESEMPENHO

Remetido para:
COMISSÃO DE AVALIAÇÃO PERIÓDICA DE DESEMPENHO

Proc. 1816/2015
Interessado:
KLEBER MALAQUIAS DE OLIVEIRA
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
ENCAMINHANDO DENUNCIA
Remetido para:
GRUPO ESPECIAL DE COMBATE às ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Proc. 1848/2015
Interessado:
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS/CRECI-22ª
REGIAO-AL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
AUTO DE CONSTATAÇÕES N° 5229/6750 E AUTOS DE INFRAÇÕES N°
6078/65390
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1846/2015
Interessado:
ALVARO BONATO SEHNEM, ENCARREGADO DE PATRIMONIO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITAÇÃO DE REPARO DE SALA DO PATRIMONIO
Remetido para:
DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Proc. 1847/2015
Interessado:
MINISTERIO PUBLICO DE GOIAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHAMENTO DE MATERIAL DA CAMPANHA DE COMBATE A
CORRUPÇÃO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1849/2015
Interessado:
CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS/CRECI-22ª
REGIAO-AL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
AUTO DE CONSTATAÇÕES N° 5238/6748 E AUTOS DE INFRAÇÕES N°
6084/65388
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 982/2015
Interessado:
SILVANO BARBOSA DOS SANTOS, VEREADOR DE MACEIO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
APURAÇÃO DAS DENUNCIAS A CAOS DA SAUDE EM MACEIO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1850/2015
Interessado:
DR. COARACY JOSE OLIVEIRA DA FONSECA, PROMOTOR DE JUSTIÇA
Natureza:
REMARCAÇÃO DE FERIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 2127/2014
Interessado:
DRA. MARTHA BUENO MARQUES PINTO, PROMOTORA DE JUSTIÇA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO ATUAÇÃO CONJUNTO COM O GECOC
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1851/2015
Interessado:
MPT-MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO DA 19ª REGIAO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHAMENTO DE CÓPIA DE AUTOS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1844/2015
Interessado:
DIRETORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO DESTA PGJ
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO AUTORIZAÇÃO DE ADIANTAMENTO DE NUMERARIO
EM NOME DO SERVIDOR
Remetido para:
DIRETORIA GERAL

Proc. 1843/2015
Interessado:
COMISSÃO DE INVENTARIO DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
PARALISAÇÃO DO INVENTÁRIO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1842/2015
Interessado:
GLAUCO AZEVEDO MAFFICIONI
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
REQUERENDO A CONTINUAÇÃO DA TRAMITAÇÃO DO PROCESSO
JUDICIAL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1839/2015
Interessado:
DAVES JAMES FIREMAN
Natureza:
DENUNCIA
Assunto:
DENUNCIANDO A SMTT - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE E
TRANSITO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1852/2015
Interessado:
17ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL - FAZENDA PÚBLICA
ESTADUAL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
ENCAMINHAMENTO DE AUTOS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1853/2015
Interessado:
GISELA PFAU DE CARVALHO, ASSESSORA DE LOGÍSTICA E
TRANSPORTE
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO LIBERAÇÃO DE TRANSPORTE

Remetido para:
DIRETORIA GERAL
#####

Proc. 1854/2015
Interessado:
SEMAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
INDICAÇÃO/REUNIÃO DE MEMBROS - REPRESENTANTES PARA
COMISSÃO

Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1855/2015
Interessado:
MARIO CESAR DE ALBUQUERQUE PESSOA, TECNICO DO MP
Natureza:
SOLICITA NOTA DE EMPENHO
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:
DIRETORIA GERAL
#####

Proc. 1856/2015
Interessado:
OUVIDORIA - ANVISA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
MONITORAMENTO DA QUALIDADE DE PALHETAS EMPREGADAS NA
FERTILIZAÇÃO IN VITRO

Remetido para:
OUVIDORIA

RANULFO PAES ARAUJO
ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Protocolo 157785

Conselho Superior do Ministério Público

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas, nos termos do art. 14, inciso XII, item 3, do Regimento Interno do CSMP/AL, torna públicas as promoções de arquivamentos formuladas pelos Promotores de Justiça das respectivas Promotorias abaixo identificadas dos seguintes processos:

161. Peças de Informações nº 59/2013 apensos: Processo PGJ/AL-2933/2014 e Processo nº PGJ/AL-1145/2015. Origem: 62ª Promotoria de Justiça da Capital. Interessado(a): Diogenes Alves Paes. Assunto: Comunicação de suposto monitoramento telefônico ilegal realizado contra o interessado. (Recurso interposto pelo interessado).

162. Processo nº PAIP-003/2006. Origem: Promotoria de Justiça de Pão de Açúcar. Interessado(a): CUT. Assunto: Irregularidades no gerenciamento da previdência própria do município de Pão de Açúcar.

Cumprir informar, ainda, que os autos dos processos acima listados se encontram a disposição dos interessados, na Secretaria deste Conselho, para que a associação

legitimada ou quem tenha legítimo interesse apresente, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, conforme o comando do artigo 172 do RICSMP/AL.

Publicado em 14 de maio de 2015
Prazo para impugnação: até 25 de maio de 2015

Maceió, 13 de maio de 2015

Luiz de A. Medeiros Filho
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Protocolo 157580

Corregedoria Geral do Ministério Público

NOTA TÉCNICA CONJUNTA
PRE-AL E CGMP-AL N° 001/2015, de 12 de maio de 2015

A Procuradoria Regional Eleitoral no Estado de Alagoas e a Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, pelos seus membros subscritores, no exercício das suas atribuições constitucionais e legais e, em especial, com fundamento no artigo 127, caput, da Constituição Federal de 1988, no artigo 77, in fine, da Lei Complementar n.º 75, de 20 de maio de 1993, bem como à luz do artigo 24, VIII, c.c. artigo 27, § 3º, ambos do Código Eleitoral, e no artigo 17, caput, da Lei n.º 8625, de 12 de fevereiro de 1993, no artigo 16, IV, da Lei Complementar n.º 15, de 22 de novembro de 1996, e, por fim, no artigo 3º, I e XIII, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas; CONSIDERANDO o exíguo prazo de 180 dias contados a partir da diplomação dos candidatos eleitos para propositura de ações por doações acima do limite previsto em lei, conforme pacífico entendimento do Tribunal Superior Eleitoral, consolidado no § 1º da artigo 22 da Resolução TSE n.º 23.398 de 30/12/2013; CONSIDERANDO que, somente, em 30/03/2015, a Secretaria da Receita Federal do Brasil encaminhou ao Ministério Público Eleitoral, referente aos doadores das campanhas eleitorais de 2014 em situação irregular, sua “identificação nominal, seguida do respectivo número de inscrição no CPF ou CNPJ, Município e UF fiscal do domicílio do doador, resguardado o respectivo sigilo dos rendimentos da pessoa física, do faturamento da pessoa jurídica e do possível excesso apurado” (artigo 25, §4º, II, e §5º da Resolução TSE n.º 23.406/2014); CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Tribunal Superior Eleitoral, no sentido da necessidade de ordem judicial para obtenção de toda e qualquer informação fiscal, expressamente regulamentada nos §§ 4º, 5º e 6º do artigo 25 da Resolução TSE n.º 23.406 de 05/03/2014, com vistas à efetiva fiscalização dos recursos financeiros, bem como da adoção de eventuais medidas judiciais à luz dos artigos 23 e 81 da Lei n.º 9.504/97 e do artigo 22 da Lei Complementar n.º 64/90; CONSIDERANDO o disposto no artigo 47, §1º, da Resolução TSE n.º 23.398/2013, segundo o qual “É obrigatório, para os Membros dos Tribunais Eleitorais e para os Representantes do Ministério Público, fiscalizar o cumprimento das disposições desta resolução pelos Juízes e Promotores Eleitorais das instâncias inferiores, determinando, quando for o caso, a abertura de procedimento disciplinar para apuração de eventuais irregularidades que verificarem (Lei nº 9.504/97, artigo 97, § 1º)”; CONSIDERANDO que atende ao interesse público difundir a posição da PRE-AL para evitar a impunidade, além de agilizar o processamento das ações no 1º grau; CONSIDERANDO que é atribuição do Corregedor-Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas orientar seus Membros, no exercício de suas funções e, para tanto, expedir atos visando a regularidade e aperfeiçoamento dos serviços, nos limites de suas atribuições;

RESOLVEM

expedir a presente NOTA TÉCNICA E SEU ANEXO, voltados à orientação de atuação dos Promotores Eleitorais ofiçiantes no Estado de Alagoas, no que se refere à propositura de ações por doações ilegais, consolidada na Súmula n.º 21 e no artigo 25, §§ 4º e 5º, da Resolução TSE n.º 23.406/2014, resguardada a independência funcional dos Membros do Ministério Público Eleitoral. Disponibilize-se, via e-mail institucional dos Promotores Eleitorais do Estado, as sugestões de modelos de petição inicial de representação eleitoral por doação acima do limite por pessoa física e jurídica, bem como do ofício a ser encaminhado à Receita Federal.

Divulgue-se com urgência, por meio eletrônico, aos Promotores Eleitorais do Estado de Alagoas.

Publique-se no Diário Eletrônico do Ministério Público Federal e no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

MARCIAL DUARTE COÊLHO
Procurador Regional Eleitoral

VICENTE FELIX CORREIA
Corregedor-Geral do MP/AL

Protocolo 157715

Promotorias de Justiça

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIPUEIRA

PORTARIA N° 05/2015 O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, através do Promotor de Justiça titular da Comarca de Paripueira/AL, adiante firmado, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO o contido no artigo 127 da Constituição Federal Brasileira, que atribui ao Ministério Público o caráter de instituição permanente, essencial a função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (art. 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo art. 6°, VII, LC 75/93, e art 8°, parágrafo primeiro, c/c art. 21 da Lei 7347/85, c/c art 90 da Lei 8.078/90);

CONSIDERANDO o desmembramento do ICP 01/2011, desentranhando seu Volume II diante da necessidade de instauração de procedimento preparatório autônomo;

CONSIDERANDO que tal in folio, por sua vez, é composto de cópias de documentos apresentados em Agravo de Instrumento ao Tribunal de Justiça de Alagoas, encaminhados pelo Procurador Geral de Justiça para conhecimento desta Promotoria, por noticiar diversas irregularidades e ilicitudes supostamente praticadas pelo Sr. Antônio Marcos Rios dos Santos, enquanto presidente da Câmara de Vereadores da Barra de São Antônio, culminando no escândalo da "Farra dos Cheques", dando ensejo a supostos atos que caracterizam improbidade administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de se preservar a aplicação da Lei n° 7.347/85, Lei n° 9 505/98, Resolução CNvIP n° 23, de 17 de setembro de 2007 e Art. 26, inciso I, da Lei n° 8.625/93,

Resolve:

a) Instaurar procedimento preparatório de inquérito civil, conforme art 2o. parágrafo A\ da Resolução CNMP nu 23, de 17 de setembro de 2007, que determina que deverá ser instaurado procedimento preparatório quando houver necessidade de apurar e complementar as informações apresentadas antes de instaurar o inquérito civil público.

! .i Determinar as seguintes providências:

- Autue-se e registre-se a presente portaria e a notícia de fato juntamente com seus documentos;

- Oficie-se ao denunciado, Sr. Antônio Marcos Rios dos Santos, com cópia do presente documento, para que preste esclarecimento no prazo de 15 (quinze) dias, quanto ao narrado na representação.

Solicite-se à Câmara de Vereadores da Barra de Santo Antônio informações se houve formação e conclusão da Comissão Processante de Investigação, no ano de 2011, para apurar a denominada "Farra dos Cheques" atribuída ao então presidente da Câmara, Antônio Marcos Rios dos Santos, remetendo, se for o caso, o relatório conclusivo da CPI e as medidas adotadas, ficando estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento da requisição:

Oficie-se à Delegacia do 19° Distrito Policial de Barra de Santo Antônio/AL para que encaminhe, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, o relatório conclusivo do Inquérito Policial 046/2011;

Solicite-se ao Procurador-Geral de Justiça a publicação da presente portaria no Diário Oficial do Estado,

- Após, venham os autos conclusos para análise e deliberações.

Paripueira/AL, 11 de abril de 2015

MARLLISSON ANDRADE SILVA Promotor de Justiça

Protocolo 157619

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ESTADO DE ALAGOAS

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL
PORTARIA n° 34/2015

A PROMOTORIA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL - PROESDEC, na pessoa de seu Coordenador abaixo subscrito, e, no uso de suas atribuições legais; CONSIDERANDO o quantitativo de procedimentos e inquéritos civis públicos em curso no âmbito da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor - PROESDEC (1ª, 2ª e 3ª Promotorias de Justiça da Capital), bem como, os ajuizados em diversas varas cíveis da capital, os quais, precisam ser devidamente saneados e fiscalizados ordinariamente, com o escopo de garantir a otimização, eficiência e qualidade dos atos administrativos e judiciais aviados pelos integrantes desta Promotoria de Defesa do Consumidor;

RESOLVE:

DETERMINAR, pelo prazo de 02 (duas) semanas, contadas a partir de 18.05.15, a realização de CORREIÇÃO INTERNA no âmbito desta Promotoria de Justiça, bem como, a SUSPENSÃO, por igual prazo, do atendimento ao público nesta Promotoria (sem prejuízo das audiências já designadas), devendo as eventuais reclamações serem aduzidas em forma de representação e protocoladas no setor competente desta Procuradoria Geral de Justiça, ocasião em que também DETERMINAMOS:

1) Autuação e registro da presente portaria nos livros respectivos de cada Promotoria;

2) Expedição de ofício para ciência, ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça, e, ao Exmo. Sr. Corregedor Geral do Ministério Público do Estado de Alagoas, encaminhando-lhes cópia da presente portaria, requestando ao primeiro, a publicação desta em DOE, bem como, a designação em caráter excepcional, de 01 (um) servidor para auxiliar nos trabalhos administrativos desta Promotoria de Justiça, durante o prazo acima

3) CUMPRA-SE.

Maceió, 13 de maio de 2015.

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA

Coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital

Protocolo 157860

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

17ª Promotoria de Justiça da Capital - Fazenda Pública Estadual

RESENHA

A 17ª Promotoria de Justiça da Capital, nos termos do art. 10, §1º, da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientifica os interessados acerca da adoção de providências no Procedimento Preparatório n° 07/2015 (Processo PCFPE n° 53/15, ANÔNIMO-7/2015) - Interessado: Anônimo - Objeto: Suposta acumulação irregular de cargos públicos - Decisão: Não havendo também qualquer indício de fato que importe em improbidade administrativa ou mereça a atuação do Ministério Público, determino o arquivamento do presente Procedimento Preparatório, com a consequente notificação do interessado por meio de publicação oficial, tendo em vista o anonimato, e posterior remessa ao Egrégio Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Alagoas para as providências de estilo.; e no Processo PCFPE n° 141/14 - Interessada: Nídia Lidiane Lima Magalhães - Objeto: Suposta afronta ao princípio da isonomia em concurso público - Decisão: Assim, diante da ausência de fato que importe na atuação do Ministério Público, indefiro a abertura de procedimento administrativo, nos termos do art. 5º da Resolução n° 23/2007 do Conselho Nacional do Ministério Público. Da decisão cabe recurso administrativo a ser interposto pelo interessado no prazo de 10 dias, a contar da publicação deste ato, na forma do §1º do referido artigo.; assim como requer a publicação desta Resenha no Diário Oficial do Estado de Alagoas. Maceió, 13 de maio de 2015.

Coaracy José Oliveira da Fonseca
Promotor de Justiça

Protocolo 157730